

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS CFO/2025

(Edital DRH/CRS nº 09/2024, de 09 de maio de 2024)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D
21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D

26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D
41ª QUESTÃO	A	B	C	D
42ª QUESTÃO	A	B	C	D
43ª QUESTÃO	A	B	C	D
44ª QUESTÃO	A	B	C	D
45ª QUESTÃO	A	B	C	D
46ª QUESTÃO	A	B	C	D
47ª QUESTÃO	A	B	C	D
48ª QUESTÃO	A	B	C	D
49ª QUESTÃO	A	B	C	D
50ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024.

WILLDRÉ LUIZ SANTOS FORTUNATO, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA
MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2025.**

**CFO/2025
(Edital DRH/CRS nº 09/2024, de 09 de maio de 2024)**

*Língua Portuguesa – Noções de Língua Inglesa – Raciocínio Lógico-Matemático – Direito Constitucional –
Direito Penal – Direito Processual Penal – Direito Administrativo – Direito Civil e Direito Processual Civil –
Legislação Extravagante e Direitos Humanos*

NOME: _____
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____
NR PM: _____ **SALA:** _____
DATA: _____

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões, valendo 2,00 (dois) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma opção de resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares, bem como borracha ou corretivos.
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas, sendo que, as questões rasuradas, bem como as em branco ou com mais de uma marcação não serão computadas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas e transcrição da redação. A folha de respostas da prova objetiva (gabarito) será recolhida de todos os candidatos após decorridas 03 (três) horas de prova.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, corretivos, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, no intervalo de tempo abrangido dentro da 2ª (segunda) e 3ª (terceira) horas de realização da prova e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de provas depois de transcorridas três horas do início da aplicação. Os cadernos que não forem levados serão recolhidos e destruídos ou destinados à reciclagem pelo CRS.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.
12. O gabarito da prova objetiva será publicado no site do CRS (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/crs>) e servirá de base/objeto para o recurso.

Assinatura do Candidato

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto abaixo e em seguida responda às questões propostas.

“Por que o treinamento é trabalho do chefe

Um dia desses, minha esposa e eu decidimos sair para jantar. Liguei para fazer uma reserva no restaurante e a atendente me pareceu confusa. Ela contou que tinha acabado de ser contratada e desconhecia todas as regras. Mas tudo bem, conseguimos fazer a reserva. Quando chegamos ao local, fomos informados de que o estabelecimento não podia vender bebidas alcoólicas e que os clientes deviam levar o próprio vinho, se quisessem. Nervoso, o maître me perguntou: ‘Não disseram isso ao senhor quando fez a reserva?’. Durante o jantar, sem vinho, o vimos percorrer todas as mesas dizendo a mesma coisa. Não sei ao certo, mas acredito ser justo supor que ninguém havia instruído a atendente a explicar a situação aos clientes potenciais. Em vez disso, o maître teve de repetir seu pedido de desculpas sem jeito em todas as mesas, e os clientes foram forçados a jantar sem vinho... tudo porque uma funcionária não foi adequadamente treinada.

As consequências de um funcionário insuficientemente treinado podem ser muito graves. Por exemplo, na Intel, aconteceu de um de nossos sofisticados equipamentos de produção em uma fábrica de *wafers* de silício – uma máquina chamada implantadora de íons – ter perdido um pouco o ajuste. A operadora, como a atendente do restaurante, era relativamente nova na empresa. Apesar de ela ter sido treinada nas habilidades básicas necessárias para operar a máquina, ninguém a ensinou a identificar os sinais de uma máquina mal ajustada. Assim, ela continuou a operar o equipamento, sujeitando praticamente um dia de *wafers* de silício aos efeitos daquele problema. Quando a situação foi identificada, mais de 1 milhão de dólares de material tinha passado pela máquina... e teve de ser descartado. A fábrica levou duas semanas para compensar essa perda e compor um novo material; com isso, atrasamos as entregas para nossos clientes, agravando ainda mais o problema.

Situações como essa são muito frequentes no ambiente de trabalho. Funcionários mal treinados, mesmo com as melhores intenções, produzem ineficiências, custos desnecessários, clientes insatisfeitos e, por vezes, situações de perigo. O gestor forçado a enfrentar esse tipo de problema não demora muito a entender a importância do treinamento.

Para o gestor já sobrecarregado, a questão mais complicada pode ser decidir quem deve se encarregar do treinamento. Muitos chefes parecem achar que treinar funcionários é um trabalho que deve ser deixado aos outros, talvez especialistas em treinamento. Eu, por minha vez, acredito sem sombra de dúvida que o próprio gestor deve se encarregar disso.

Deixe-me explicar minhas razões, começando com o que eu acredito ser a definição mais básica do que os gestores devem produzir. Na minha opinião, o output de um gestor é o output de sua organização, nem mais nem menos. Desse modo, a produtividade de um gestor depende de sua capacidade de levar sua equipe a aumentar o output.

Em geral, um gestor tem duas maneiras de elevar o nível de desempenho individual de seus subordinados: aumentando a motivação, ou seja, o desejo das pessoas de fazer um bom trabalho, e aumentando a capacidade das pessoas, onde entra o treinamento. Em geral, todos aceitam que motivar os subordinados é uma tarefa básica dos gestores, que não pode ser delegada a outra pessoa. Por que o mesmo princípio não pode ser aplicado à outra maneira que um gestor tem de aumentar o output de seus subordinados?

O treinamento é uma das atividades de maior alavancagem que um gestor pode realizar. Pense por um momento na possibilidade de dar quatro aulas aos integrantes de seu departamento. Vamos contar três horas de preparação para cada hora de curso, totalizando 12 horas de trabalho. Digamos que você tenha dez alunos na sua classe. No próximo ano, eles trabalharão um total de mais ou menos 20 mil horas para sua organização. Se seu treinamento resultar em uma melhoria de 1% no desempenho de seus subordinados, sua empresa ganhará o equivalente a 200 horas de trabalho com as 12 horas que você gastou no treinamento.

Isso pressupõe, é claro, que o treinamento abordará exatamente o que os alunos precisam saber para fazer um trabalho melhor. Nem sempre é o caso, sobretudo no que diz respeito a ‘cursos enlatados’

ministrados por alguém de fora. Para que o treinamento seja eficaz, ele deve estar intimamente relacionado à maneira como as coisas realmente são feitas na sua organização.

[...]

Um treinamento eficaz também precisa manter uma presença confiável e consistente. Os funcionários devem poder contar com um treinamento sistemático e programado, não um mutirão de resgate convocado para apagar o incêndio do momento. Em outras palavras, o treinamento deve ser um processo, não um evento.

Se você entende que o treinamento, juntamente com a motivação, é a melhor maneira de melhorar o desempenho de seus subordinados, que aquilo que você ensina no treinamento deve estar bem alinhado com o que vocês praticam e que esse treinamento precisa ser um processo contínuo em vez de um evento isolado, fica claro que o responsável pelo treinamento é *você*, o gestor. Você mesmo deve instruir seus subordinados diretos e talvez alguns níveis abaixo deles. Seus subordinados devem fazer o mesmo, bem como os supervisores de todos os níveis abaixo deles.

Outra razão pela qual você, e somente você, pode desempenhar o papel de professor de seus subordinados é que o treinamento deve ser realizado por uma pessoa que seja exemplo a ser seguido. Nenhum representante, mesmo se dominar o assunto, pode assumir esse papel. A pessoa diante da turma deve ser vista como uma autoridade confiável, que pratica o que está ensinando.”

GROVE, Andrew Stephen. *Gestão de alta performance*: tudo o que um gestor precisa saber para gerenciar equipes e manter o foco em resultados. São Paulo: Benvirá, 2020, 272 p. (adaptado).

1ª QUESTÃO - Qual das afirmativas abaixo **NÃO** constitui uma inferência do texto “Por que o treinamento é trabalho do chefe”, do autor Andrew S. Grove?

- A. () Para muitos chefes, o treinamento é um ofício que deve ser delegado a especialistas nesse assunto.
- B. () O treinamento ainda não é aceito por todos como uma tarefa básica de um gestor.
- C. () Era suscetível de acontecer que clientes fizessem a reserva para frequentar o restaurante.
- D. () O treinamento da operadora da máquina implantadora de íons não foi satisfatório.

2ª QUESTÃO - De acordo com o texto “Por que o treinamento é trabalho do chefe”, do autor Andrew S. Grove, analise as assertivas abaixo.

- I. O fato de um funcionário não treinado traz consequências muito graves e isso ocorre reiteradamente no ambiente de trabalho.
- II. O treinamento é a atividade de maior aprimoramento dos gestores porque pode aumentar em pelo menos 1% o desempenho de seus funcionários e, conseqüentemente, o *output* da empresa.
- III. A presença leal e consistente do gestor propicia um treinamento infalível, além da melhoria nos processos da empresa.
- IV. O treinamento é trabalho do gestor porque é uma maneira de elevar o nível de desempenho individual de seus subordinados, desde que bem alinhado à prática deles e contínuo.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A. () I e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () IV, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

3ª QUESTÃO - Analise os pares de assertivas abaixo, considerando a gramática normativa da Língua Portuguesa.

- I - a) De acordo com a morfologia, as palavras “não”, “mais” e “desses” são classificadas, respectivamente, como: advérbio, conjunção e pronome.
b) A palavra “treinamento” apresenta um sufixo nominal designativo de ação.
- II - a) A translineação da palavra “atendente” pode ser “a-tendente” ou “aten-dente”.
b) A cedilha é uma notação léxica colocada sobre a letra “c”, a fim de obter o fonema /s/ antes das vogais “a”, “o” e “u” como na palavra “organização”.
- III - a) As palavras “sem” e “tem” apresentam encontros vocálicos.
b) As palavras “você” e “abacaxi” são acentuadas porque são vocábulos oxítonos terminados em “e” fechado e em “i”.

Há, pelo menos, uma assertiva **CORRETA** em:

- A. () II, apenas.
B. () II e III, apenas.
C. () I, apenas.
D. () I e III, apenas.

4ª QUESTÃO - Para responder essa questão, considere o padrão culto da Língua Portuguesa e o contexto do texto “Por que o treinamento é trabalho do chefe”, do autor Andrew S. Grove. Analise as assertivas abaixo e os respectivos trechos em destaque, e em seguida marque “**V**”, para a(s) **Verdadeira(s)**, ou “**F**”, para a(s) **Falsa(s)**, na ordem de cima para baixo.

- () No fragmento do texto “Apesar de ela ter sido treinada nas habilidades básicas necessárias para operar a máquina [...]”, é correto, também, juntar a preposição “de” ao pronome “ela”, ou seja, “dela”.
- () No fragmento do texto “Situações como essa são muito frequentes no ambiente de trabalho.”, o pronome em destaque estabelece uma relação semântica textual denominada anáfora.
- () A palavra “equipamento” apresenta uma relação de hiperonímia com a palavra em destaque no seguinte fragmento do texto: “[...] ninguém a ensinou a identificar os sinais de uma máquina mal ajustada.”
- () No fragmento do texto “Para que o treinamento seja eficaz, ele deve estar intimamente relacionado à maneira como as coisas realmente são feitas na sua organização.”, ocorre o fenômeno da crase porque se trata de uma locução conjuntiva.
- () No fragmento do texto “[...] com isso, atrasamos as entregas para nossos clientes [...]”, o verbo em destaque nessa oração quanto à predicação é transitivo direto.
- () No fragmento do texto “Em vez disso, o maître teve de repetir seu pedido de desculpas sem jeito em todas as mesas [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída por “Ao invés disso”.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A. () V, V, F, V, V, V.
B. () F, V, V, F, F, F.
C. () V, F, F, F, V, F.
D. () F, F, V, V, F, V.

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Read text I and then answer the questions.

TEXT I

“All crimes are not created equal in the harm they cause: homicide is many times more harmful than shoplifting but in crime statistics where offences are counted by number, they appear equivalent. For example, in the UK for the year ending September 2019, there were 3,578,000 incidents of theft and 729 homicides (Office for National Statistics, 2019). An increase of 500 thefts would be a small change in the overall number of thefts and have little impact on police resources. 500 extra homicides would have large consequences both for the harm caused and the impact on police resources. In a number-only count, the additional 500 thefts or homicides would result in the same overall number of crimes, yet clearly the impacts are disparate.

This reality has led to the proposition of a “Harm Index” to measure how harmful different crimes are in proportion to the others. This approach adds a larger weight to more harmful crimes (e.g. homicide, rape and grievous bodily harm with intent), distinguishing them from less harmful types of crime (e.g. minor thefts, criminal damage and common assault). Practically, adoption of a harm index can allow targeting of the highest-harm places, the most harmful offenders, the most harmed victims, and can assist in identifying victim-offenders. Experimentally, use of a harm index can add an additional dimension to the usual measures of success or failure, by considering harm prevented as well as reductions in prevalence or frequency. For the police, creation of harm index could allow them to invest scarce resources in proportion to the harm of each offence type.

Sherman, Neyroud and Neyroud (2016) propose that any index needs to meet three requirements in order to be considered a legitimate measure of harm: An index must meet a democratic standard, be reliable and also be adopted at minimal cost to the end user. To meet these requirements, Sherman, Neyroud and Neyroud (2016) opted for using sentence starting points rather than maximum or average actual sentences. The sentencing starting point is used to calculate crime harm as it provides a baseline penalty relative to the crime. We propose that it is a better measure of harm caused by the crime than average actual sentences, which are offender-focused and thus substantially affected by previous offending history.

The Cambridge Crime Harm Consensus proposes creation of seven statistics for counting crime, usefully including separation of historic crime reports, creation of a harm detection fraction and separation of public reported crime and those detected by proactive police activity, with the aim of providing the public with a more reliable and realistic assessment of trends, patterns and differences in public safety.

Counting crime by harm is an idea that has spread beyond the United Kingdom with indices published for Denmark (Andersen and Mueller-Johnson, 2018), Sweden (Karrholm et al. 2020), Western Australia (House and Neyroud, 2018), California (Mitchell, 2017), New Zealand and other countries.”

Cambridge Centre for Evidence-Based Policing. Available at: <https://www.cambridge-ebp.co.uk/the-chi> Accessed on: June 30, 2024.

5ª QUESTÃO - According to the text I, why is a "Harm Index" proposed for measuring crimes?

- A. () To make crime statistics easier to read.
- B. () To distinguish between crimes based on their harmfulness.
- C. () To count the total number of crimes more accurately.
- D. () To reduce the number of homicides.

6ª QUESTÃO - What does the text I suggest as a better measure to calculate the crime harm?

- A. () Previous offending history.
- B. () Maximum actual sentences.
- C. () Average actual sentences.
- D. () Sentence starting points.

7ª QUESTÃO - Consider the following statements:

- I - It must be reliable.
- II - It must be easily understandable by the public.
- III - It must be democratic.
- IV - It must be adopted at high cost to the harmful offenders.

According to the text I, which of the statements are **NOT** mentioned as a requirement for a legitimate measure of harm, according to Sherman, Neyroud, and Neyroud?

- A. () II and IV, only.
- B. () II, only.
- C. () I, III and IV, only.
- D. () I and III, only.

8ª QUESTÃO - Choose the alternative that best matches the meaning of the word 'disparate' as used in the sentence:

"In a number-only count, the additional 500 thefts or homicides would result in the same overall number of crimes, yet clearly the impacts are disparate".

- A. () Aligned.
- B. () Suitable.
- C. () Different.
- D. () Fair.

9ª QUESTÃO - In the sentence *"Counting crime by harm is an idea that has spread beyond the United Kingdom"*, identify the grammatical function of "that":

- A. () Article specifying a noun.
- B. () Conjunction joining two independent clauses.
- C. () Demonstrative pronoun.
- D. () Relative pronoun introducing a defining relative clause.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

10ª QUESTÃO - Desde que começou a aplicar as técnicas de Polícia Comunitária, a Polícia Militar do Estado X tem percebido uma redução na criminalidade violenta em número absoluto de homicídios a cada ano. O número de homicídios registrados pela Corporação no último ano foi de 3.000 (três mil). Ao aplicar a filosofia de Polícia Comunitária, a Corporação percebeu uma redução de 1% no número de homicídios a cada 6 meses. Permanecendo com estes princípios, o tempo decorrido, em anos, até que a Corporação registre o índice de 30 homicídios por ano é mais próximo de:

Use $\log_{10} 3 = 0,477$ e $\log_{10} 11 = 1,041$:

- A. () 100.
- B. () 30.
- C. () 50.
- D. () 200.

11ª QUESTÃO - Para cumprir a meta de atendimentos de Disque Denúncia Unificado (DDU) de maus tratos de animais estipulada pelo Comandante de Companhia Ambiental em 100 atendimentos por mês, 03 (três) viaturas trabalharão 10 (dez) turnos de 12 (doze) horas cada especificamente para o atendimento destes DDU. Caso o número de viaturas disponibilizadas para atendimento dos DDU aumente para 5 (cinco) e a quantidade de horas por turno diminua para 8 (oito), quantos turnos serão necessários para manter a meta de 100 atendimentos?

- A. () 25.
- B. () 11.
- C. () 4.
- D. () 9.

12ª QUESTÃO - As Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD) atuam na missão de desestimular ações criminosas no ambiente domiciliar e familiar para proteção da mulher vítima de violência. A quantidade de crimes relacionados à violência doméstica contra mulheres num determinado batalhão obedece a seguinte relação:

$$c(t) = 2 + \log_3(t + 1)$$

Em que:

$c(t)$ é a quantidade de crimes relacionados à violência doméstica em função da quantidade de dias em que o batalhão não possui uma viatura PPVD em atuação.

" t " é o tempo em dias com ausência de policiamento da viatura PPVD.

Com base nestas informações, **MARQUE** a alternativa que contém, **respectivamente**:

1. A quantidade de crimes relacionados à violência doméstica após 80 dias com ausência de patrulhamento PPVD;
2. A quantidade de crimes relacionados à violência doméstica rotineiros (que ocorrem mesmo com a presença ininterrupta da PPVD);
3. A quantidade de dias com ausência de policiamento da viatura PPVD quando a quantidade de crimes relacionados à violência doméstica for 4.

- A. () 8, 6, 2.
- B. () 6, 2, 8.
- C. () 9, 6, 3.
- D. () 2, 4, 8.

13ª QUESTÃO - A sequência (a, b, c) é uma Progressão Geométrica (PG) crescente e a sequência (a - ½, b, c) é uma Progressão Aritmética. Sabendo que a + b + c = 9,5.

Determine os valores da razão (r) da PA e razão (q) da PG.

- A. () $r = 1,5$ e $q = 1,5$.
- B. () $r = -1,5$ e $q = 2/3$.
- C. () $r = 2$ e $q = 3$.
- D. () $r = 3$ e $q = 2$.

DIREITO CONSTITUCIONAL

14ª QUESTÃO - No dia 10 de fevereiro de 2022, foi promulgada a **Emenda Constitucional 115/2022 (EC 115/22)** que alterou a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)** acrescentando dispositivos relacionados ao direito à proteção de dados pessoais. Sobre o tema, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () A CRFB/88 fixou a competência privativa da União para legislar sobre o tema, bem como para organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, sendo que nenhuma lei poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas dessas matérias.
- B. () Foi instituído o Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais, que passa a fazer parte do rol de direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição. Essa alteração elevou a Proteção de Dados Pessoais ao patamar de direito fundamental explícito.
- C. () É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- D. () Ao assegurar o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, estamos diante de uma norma constitucional de eficácia limitada, porque a CRFB/88 atribuiu ao legislador ordinário a competência para regulamentar essa proteção e dizer como ela será de fato usufruída pelo indivíduo.

15ª QUESTÃO - Sobre a jurisdição constitucional no Brasil de acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Podem propor ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa, o Governador de Estado ou o Prefeito de Município.
- B. () O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- C. () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- D. () Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder Legislativo para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

16ª QUESTÃO - Considerando as regras constitucionais aplicáveis ao processo legislativo federal brasileiro de acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O veto presidencial será apreciado em sessão em uma das casas, dentro do prazo de quinze dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores. Se o veto for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.
- B. () A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do STF e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal. A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de trinta dias, observado quanto ao mais o disposto na Constituição Federal.
- C. () Projeto de lei aprovado por uma das Casas Legislativas será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Caso o projeto seja emendado, ele voltará à Casa iniciadora.
- D. () A Casa Legislativa na qual foi iniciada a votação enviará, ao fim, o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Decorrido o prazo de trinta dias o silêncio do Presidente da República importará sanção. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

17ª QUESTÃO - Leia o texto abaixo e analise o que se pede:



Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com>

“Quando o então Presidente de República Fernando Collor de Mello tomou posse em 15 de março de 1990, imediatamente baixou 21 Medidas Provisórias e dezenas de portarias – entre elas a Medida Provisória 168, bloqueando o dinheiro dos fundos de renda fixa, das contas correntes, dos investimentos *overnight* e das cadernetas de poupança. A população poderia sacar um total de até 50 mil cruzados novos – o que, em valores de março de 2024, corresponde a R\$ 13.113. O restante do dinheiro ficaria recolhido no Banco Central durante 18 meses, sendo devolvido a partir do décimo-nono mês em 12 parcelas mensais, recebendo juros de 6% ao ano e correção monetária.” (Disponível em: <https://www.cofecon.org.br>)

No Brasil, as medidas provisórias foram amplamente utilizadas por vários governos com propósitos variados ou com objetivos econômicos, sociais e fiscais. Sobre a espécie normativa medida provisória, analise cada assertiva abaixo e marque **(V)** para a(s) **Verdadeira(s)** ou **(F)** para a(s) **Falsa(s)**:

- () Em caso de relevância, urgência e conveniência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- () A edição de medida provisória sobre nacionalidade, cidadania, tributação, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, direito processual penal e direito processual civil é proibida por lei.
- () Não é possível editar medida provisória que verse sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- () A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- () É vedada a edição de medidas provisórias que visem a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- () Se a medida provisória não for apreciada em até trinta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Marque a alternativa que corresponda, de cima para baixo, à **SEQUÊNCIA CORRETA**:

- A. () F, F, V, F, V, F.
- B. () V, V, V, F, F, V.
- C. () F, V, F, V, F, V.
- D. () V, F, F, V, V, F.

18ª QUESTÃO - Analise as assertivas abaixo, marque **(V) Verdadeira(s)** para a(s) que são competência exclusiva do Congresso Nacional e marque **(F) Falsa(s)** para aquela(s) que não são:

- Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país, quando a ausência exceder a quinze dias.
- Eleger membros do Conselho da República.
- Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- Autorizar referendo e convocar plebiscito.

Assinale a alternativa que corresponda, de cima para baixo, à **SEQUÊNCIA CORRETA**:

- A. F, V, F, F, V, V, F, F.
- B. F, F, V, V, F, V, V, F.
- C. V, F, V, F, F, F, F, V.
- D. V, V, F, V, V, F, V, V.

19ª QUESTÃO - Segundo a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, o Presidente da República será julgado se contra ele for admitida, por dois terços da Câmara dos Deputados, acusação por infração penal comum ou crime de responsabilidade. A esse respeito, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- B. Recebida a denúncia ou queixa-crime, ou após a instauração do processo, se o julgamento não estiver concluído no prazo de cento e oitenta dias, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- C. Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
- D. O Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

20ª QUESTÃO - Analise as assertivas abaixo sobre a segurança pública na **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989** e marque **(V)** para a(s) **Verdadeira(s)** ou **(F)** para a(s) **Falsa(s)**:

- O comando da Polícia Militar de Minas Gerais ou do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais poderá ser exercido por oficial da reserva que tenha ocupado, durante o serviço ativo e em caráter efetivo, cargo privativo do último posto da corporação.
- As promoções no âmbito da Polícia Penal obedecerão ao critério alternado de antiguidade e merecimento. A Polícia Penal, será dirigida por policial penal com no mínimo dez anos de efetivo exercício, que esteja na classe final da respectiva carreira.
- À polícia legislativa a que se refere a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 incumbem a segurança dos membros do parlamento mineiro e o policiamento da sede e das demais dependências da Assembleia Legislativa.
- À Polícia Civil, órgão dirigido por Delegado de Polícia de carreira é organizada de acordo com os princípios da hierarquia e da disciplina, e sua chefia é nomeada pelo Governador do Estado, livremente, dentre os integrantes, em atividade, da classe final da carreira de Delegado de Polícia.

Assinale a alternativa que corresponda, de cima para baixo, à **SEQUÊNCIA CORRETA**:

- A. () V, F, V, V.
- B. () F, F, V, F.
- C. () V, V, F, V.
- D. () F, V, F, F.

DIREITO PENAL

21ª QUESTÃO - Considere o caso hipotético. “Calouro”, estudante de direito da Faculdade Mineira, durante a festa típica de ingresso na referida entidade de ensino, denominada de “Calourada”, foi capturado por alguns estudantes da mesma faculdade sob o pretexto de lhe aplicar um “trote universitário”. Durante tal feito, “Calouro” foi imobilizado pelos seus colegas de faculdade e, de maneira forçada, foi compelido a ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, dos mais diversos tipos, vindo a se sentir mal em virtude do completo nível de embriaguez. Ocorre que, alguns instantes após o fatídico, “Calouro”, enquanto se deslocava para sua residência, avista quem acreditava ser sua namorada, indo ao encontro da moça com o objetivo de beijá-la, não sendo o fato consumado pela interferência de terceiros que passavam pelo local que o impediram de se aproximar da moça.

Tendo em vista o previsto no **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os envolvidos no fato, “Calouro” e seus colegas de faculdade, estão amparados por causa de diminuição de pena.
- B. () “Calouro”, bem como seus colegas de faculdade que o compeliram a ingerir grande quantidade de bebida alcoólica serão responsabilizados pelo crime de Importunação Sexual, não havendo quebra no nexo de causalidade.
- C. () Independentemente do “Calouro” ter beijado ou não a moça que achava, erroneamente, ser sua namorada, o fato seria isento de pena, tendo em vista que o autor estaria amparado por causa excludente de culpabilidade.
- D. () Caso “Calouro” tivesse alcançado seu intento de beijar aquela que, erroneamente, achava ser sua namorada, com uso de violência ou grave ameaça, o crime seria o de estupro coletivo, em virtude da participação dos seus colegas de faculdade no trote.

22ª QUESTÃO - No decorrer da reunião de Oficiais, promovida pelo Comandante da Unidade, a palavra foi concedida ao Tenente “Alfa”, Chefe do Núcleo de Justiça e Disciplina, setor responsável pela administração e controle dos processos e procedimentos internos do batalhão. O Tenente discorreu sobre a sua Seção e ao final expôs um breve estudo, demonstrando que as denúncias de crimes funcionais praticados por funcionários civis da administração militar em âmbito estadual haviam aumentado significativamente, causando preocupação em todos os Oficiais do referido batalhão. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, nos termos do **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)**, analise as assertivas abaixo:

- I - Comete crime de peculato, o funcionário público que, embora não tenha a posse do dinheiro, valor ou bem, concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário público.
- II - A conduta de dar as verbas públicas, destinação diversa da prevista em lei configura crime de peculato desvio.
- III - Será extinta a punibilidade, nos casos de peculato culposo, se o funcionário público reparar o dano antes do recebimento da denúncia, salvo impossibilidade de fazê-lo.
- IV - O funcionário público que exige tributo que sabe não ser devido, comete o crime de corrupção passiva.

Marque a opção que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Somente as assertivas I e III estão corretas.
- B. () Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Somente a assertiva I está correta.
- D. () Todas as assertivas estão incorretas.

23ª QUESTÃO - Analise o caso concreto. “Bravo”, sócio de um grande grupo empresarial do setor de moda, durante os levantamentos de rotina, constatou que seu parceiro e também sócio “Delta” havia lhe subtraído uma quantia relevante dos lucros de uma de suas lojas. Momentos depois, ao se encontrarem e após intensa discussão, “Bravo”, impelido pelo *animus necandi*, desferiu duas facadas em “Delta”, sendo uma na perna e outra no ombro. Em ato contínuo, ao se aproximar da vítima caída ao solo e pronto para lhe desferir o último golpe que poria fim a vida dela, o autor “Bravo”, lembrou-se de sua infância pacífica, dos ensinamentos de sua mãe e deixou o local. Diante de toda confusão, outras pessoas ali presentes socorreram a vítima ao Hospital mais próximo, não tendo ocorrido o óbito.

Diante dos fatos narrados acima, de acordo com o exposto no **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () “Bravo” deverá responder por Homicídio na modalidade tentada.
- B. () “Bravo” deverá responder pelo crime de Lesão Corporal em razão da Desistência Voluntária.
- C. () “Bravo” deverá responder pelo crime de Lesão Corporal Grave em razão do Arrependimento Posterior.
- D. () “Bravo” deverá responder pelo crime de Homicídio na modalidade tentada, com previsão, dentre outras, da qualificadora “para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime”.

24ª QUESTÃO - Durante o turno de serviço, a equipe policial militar composta pelo Sargento "Echo" e Cabo "Tango" foi acionada por populares que relataram ter ocorrido o seguinte fato: na praça central do bairro, há 30 metros do local em que estavam, dois cidadãos haviam acabado de ser detidos por particulares, que os visualizaram subtraindo uma bolsa de elevado valor de uma mulher. A mulher estava sentada no banco da referida praça por ocasião dos fatos. Para subtrair a bolsa, um dos autores colocou a mão direita por baixo da camisa, simulando portar arma de fogo, enquanto o outro deu um soco no rosto da vítima, causando-lhe escoriações nos lábios. Constatou-se que vários cidadãos que estavam próximos, percebendo a ação dos infratores, os perseguiram e os detiveram, estando um deles com a bolsa da vítima nas mãos. Entre o momento da subtração e a detenção dos autores pelos particulares, não decorreu mais de 2 minutos, tendo tudo acontecido na mesma rua. A guarnição policial militar, então, adotou todas as providências necessárias e após ouvir o relato dos envolvidos, munidos de imagens de câmeras de vigilância de comércios vizinhos, que registraram toda a ação, realizou a condução dos mesmos para a autoridade policial, na condição de presos. Entretanto, no momento de registrar os fatos, algumas dúvidas surgiram, tendo o Tenente "Foxtrot", oficial Coordenador de Policiamento da Unidade (CPU), sido acionado.

Após ouvir as dúvidas dos militares da guarnição, o tenente afirmou o seguinte:

- I - O crime ocorrido foi o de roubo majorado;
- II - O delito foi tentado;
- III - É imprescindível a posse mansa e pacífica para que o crime seja considerado consumado;
- IV - Não existe nenhuma qualificadora;
- V - Não existe causa de aumento de pena.

Considerando o exposto acima e o previsto no **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)** e **jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça**, estão **INCORRETAS** as seguintes afirmações do tenente CPU:

- A. () II, III e V, apenas.
- B. () I, III e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () III, IV e V, apenas.

25ª QUESTÃO - “Romeo”, com 34 anos, durante navegação via rede mundial de computadores, recebeu uma mensagem através do “chat” de uma rede social contendo propaganda de um tênis de marca famosa, anunciado na ocasião com um desconto de 15% em relação ao valor costumeiro de mercado. Considerando atraente a oferta, “Romeo” iniciou a negociação com “Golf”, atualmente com 19 anos, remetente da mensagem, tudo através da citada rede social. Durante a conversa, “Romeo” solicitou comprovação da vinculação de “Golf” com a empresa fabricante e/ou revendedora do tênis, na tentativa de minimizar a possibilidade de sofrer “golpes”. Além disso, solicitou cópia de documentos que pudessem comprovar a identidade de “Golf”. Após enviar cópia de seus documentos (posteriormente verificando-se que eram montagens decorrentes de inteligência artificial), como forma de dar legitimidade às tratativas, “Golf” solicitou a “Romeo” cópia de sua identidade, que por sua vez continha o número do CPF. “Romeo”, então, confiando nas informações e aparente legitimidade da negociação, realizou a transferência do valor do tênis para “Golf”. Logo em seguida, “Golf” enviou uma mensagem com o seguinte teor: “peguei mais um trouxa”, bloqueando o contato e desativando a conta na rede social em que conversava com “Romeo”. Percebendo ter sido enganado, “Romeo” procura a Polícia Militar para providências.

Diante do exposto, com base no **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)**, analise as assertivas abaixo:

- I - O crime praticado por “Golf” possui pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- II - Trata-se de crime de furto qualificado mediante fraude (fraude eletrônica).
- III - Trata-se de crime de estelionato qualificado.
- IV - O crime praticado é de ação penal pública incondicionada.

Marque a opção que contém somente aquelas assertivas consideradas **CORRETAS**:

- A. () I e IV, apenas.
- B. () I e II, apenas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () III e IV, apenas.

26ª QUESTÃO - Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão, expedido pelo juiz da Comarca de Belo Horizonte/MG, na residência de um cidadão suspeito da prática de vários crimes, dentre os quais o tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo, o policial militar “Mike”, ao precisar pular o muro da casa, se deparou com um cão da raça “pitbul” e efetuou um disparo contra o animal, após o mesmo avançar e tentar morder seu parceiro de equipe. Outra equipe policial militar que fazia parte da operação, após conseguir ingressar no interior da residência, iniciou o adentramento aos cômodos com a finalidade de localizar o suspeito, ocasião em que o policial militar “Oscar”, se deparou com o cidadão “Quebec” dentro de um dos quartos, com uma arma de fogo nas mãos e já apontada para a porta, tendo efetuado disparos contra o próprio militar “Oscar” quando da tentativa de ingresso do policial no cômodo em questão. “Oscar” foi atingido em um dos braços, mas conseguiu revidar, efetuando um único disparo que acertou a cabeça de “Quebec”, tendo este falecido no local. Tanto a parte interna quanto externa do imóvel era monitorada com câmeras de vigilância, tendo a ação sido registrada em todos os detalhes, comprovando a existência dos requisitos das excludentes presentes nas situações. Considerando o caso, o **Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)** e a **doutrina majoritária** sobre o tema, analise as afirmativas abaixo:

- I - O policial militar “Mike” agiu amparado pela causa excludente de tipicidade do estado de necessidade, já que não se tratava de repelir injusta agressão humana.
- II - O policial militar “Oscar” agiu acobertado pela causa excludente de ilicitude da legítima defesa.
- III - Considerando unicamente o contido no Código Penal, considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- IV - O agente de segurança pública que efetua disparos de arma de fogo contra autor que mantém vítima refém, age amparado por excludente de punibilidade.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) seguinte(s) afirmativa(s):

- A. () II e III, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () II, apenas.
- D. () II, III e IV, apenas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

27ª QUESTÃO - Tendo em vista o que dispõe o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, código de Processo Penal – CPP**, em consonância com a **Constituição de República Federativa do Brasil – CRFB**, e a **jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)**, analise as afirmativas abaixo:

- I - De acordo com a expressão do Código de Processo Penal, o habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, excetuados os casos de punição disciplinar. A mesma exceção se encontra consagrada no texto constitucional, e, a seu despeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) admite a concessão do aludido remédio de socorro à liberdade de locomoção, contestando punição disciplinar militar, quando voltado tão somente aos pressupostos de legalidade, excluindo a apreciação de questões referentes ao mérito.
- II - Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação será condenada nas custas, caso em que o magistrado, de ofício, dará início a competente ação penal, dispensando-se a remessa de cópia das peças ao *Parquet* para o mesmo fim.
- III - Se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará a sua apresentação.
- IV - O órgão judiciário não tem competência para expedir, de ofício, ordem de habeas corpus, mesmo quando no curso de processo for verificado que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal, tendo em vista o princípio acusatório, que constitui um dos pilares do sistema processual penal brasileiro.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- C. () Apenas a assertiva I está correta.
- D. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

28ª QUESTÃO - Tendo em vista o que dispõe o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal - CPP**, analise as assertivas abaixo:

- I - A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais, no território de suas respectivas jurisdições, e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- II - De acordo com a expressão do Código de Processo Penal, qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar Inquérito.
- III - Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública. A partir dela, o Delegado de Polícia poderá simular o contexto e o ambiente onde determinado ilícito penal foi praticado, direcionando-se a elucidar o objeto da investigação.
- IV - Nos crimes de ação pública incondicionada à representação, o Inquérito Policial poderá ser iniciado de ofício pela autoridade de polícia judiciária. Contudo, em se tratando de crimes de ação privada, é pressuposto que o Delegado de Polícia aguarde o oferecimento da queixa-crime, a fim de deflagrar o expediente de Inquérito Policial.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Somente estão corretas as assertivas II e IV.
- B. () Todas as assertivas estão corretas.
- C. () Somente estão corretas as assertivas II e III.
- D. () Somente está correta a assertiva I.

29ª QUESTÃO - Considerando o que referenda o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal - CPP**, analise as assertivas abaixo:

- I - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, entre outras providências, a autoridade policial deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes, bem assim colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- II - Conforme sua literalidade, o Código de Processo Penal elenca crimes em relação aos quais o Delegado de Polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conterá o nome da autoridade requisitante, o número do Inquérito Policial e a identificação da unidade de polícia judiciária responsável pela investigação.
- III - De acordo com previsão expressa no Código de Processo Penal, nos casos em que servidores vinculados às instituições de segurança pública dispostas no art. 144 da Constituição Federal figurarem como investigados em Inquéritos Policiais, Inquéritos Policiais Militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao crime de homicídio com emprego de arma de fogo, praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações de exclusão de ilicitude dispostas no Código Penal, o indiciado poderá constituir defensor. O mesmo dispositivo se estende, nas mesmas condições, aos militares das Forças Armadas. Não obstante, a literalidade do CPP restringe tal hipótese de constituição de defensor ao crime de homicídio praticado com emprego de arma de fogo, tendo em vista sua natureza de crime doloso contra a vida. Caso não haja a constituição do defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação da instauração do procedimento investigatório, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que essa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique defensor para a representação do investigado, recaindo, preferencialmente, sobre a Advocacia-Geral do Estado.

IV - Caso inexistente o “*fumus comissi delicti*”, em decorrência da inexistência de um lastro probatório mínimo, apto a demonstrar materialidade e indícios de autoria da infração penal, deve a autoridade de polícia judiciária proceder ao arquivamento dos autos do Inquérito Policial.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
Todas as assertivas estão corretas.
- B. () Apenas a assertiva III está correta.
- C. () Apenas as assertivas I, II, e III estão corretas.

30ª QUESTÃO - Considerando o que referenda o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal – CPP**, marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () De acordo com a expressão do Código de Processo Penal, excepcionalmente, será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena, se presentes os pressupostos de admissibilidade, necessidade e contemporaneidade da segregação do estado de liberdade do agente.
- B. () A decretação da prisão preventiva é medida alternativa à imposição de medidas cautelares diversas, considerando que a literalidade do Código de Processo Penal não impõe caráter subsidiário ao cerceamento do estado de liberdade do investigado.
- C. () A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada. Entre outras hipóteses trazidas pelo CPP, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso, bem como deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Todavia, estará devidamente fundamentada, quando invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- D. () Quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. Outrossim, é exigido que a decisão de decretação seja motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

31ª QUESTÃO - Considerando as disposições da **Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, o Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal - CPP**, bem como a **jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e a interpretação conferida pela Suprema Corte a esse respeito**, marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, que conterà necessariamente o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. Decorrido esse prazo, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, ainda que tenha sido comunicada da decretação da prisão preventiva.
- B. () O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, conferiu interpretação conforme ao art. 1º da Lei nº 7.960/89, fixando condições obrigatórias e cumulativas para a decretação da prisão temporária. De acordo com o Pretório Excelso, a decretação da referida modalidade de prisão somente é cabível quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial, houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado, for justificada em fatos novos ou contemporâneos, for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado, e não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

- C. () A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, sendo cabível tanto na fase de Inquérito Policial, quanto no curso da ação penal.
- D. () O prazo da prisão temporária será computado de modo a excluir o dia do cumprimento do mandado e incluir a data prevista para o término.

32ª QUESTÃO - Tendo em vista o que dispõe o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal - CPP**, marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () De acordo com o Código de Processo Penal, há imposição de que a vítima seja intimada acerca da homologação do acordo de não persecução penal. Contudo, não será exigível sua ciência na hipótese de descumprimento do acordo pelo investigado, face à inexistência de previsão legal.
- B. () Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.
- C. () O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pela vítima da infração penal, pelo investigado e por seu defensor.
- D. () Se considerar as condições dispostas no acordo de não persecução penal abusivas ou inadequadas, o juiz julgará a proposta insuficiente e irá proferir sentença.

DIREITO ADMINISTRATIVO

33ª QUESTÃO - A Administração Pública no Brasil é composta pela Administração Direta e Indireta, cada uma com suas peculiaridades e finalidades. Neste sentido, marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () As Autarquias, como integrantes da Administração Direta, possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira para o desempenho de suas funções.
- B. () A Administração Direta é composta por órgãos que integram a estrutura administrativa dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- C. () As Empresas Públicas pertencem à Administração Pública Direta, são criadas por decreto e não necessitam de autorização legislativa para sua instituição.
- D. () As Fundações Públicas são parte da Administração Direta e têm por objetivo a execução de atividades tipicamente estatais, sendo subordinadas diretamente aos Ministérios e Secretarias de Estado.

34ª QUESTÃO - Observe o seguinte diálogo envolvendo três interlocutores que tratavam sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.

Interlocutor 1: - A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Interlocutor 2: - Esse poder concedente que você se referiu pode ser a União, o Estado ou o Distrito Federal, mas não o Município.

Interlocutor 3: E o poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Considerando o diálogo acima e ainda o que dispõe a **Lei Federal n. 8.987, de 13/02/1995 – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.** Assinale a assertiva **CORRETA**:

- A. () Apenas o interlocutor 3 está errado em sua afirmação.
- B. () Apenas o interlocutor 2 está errado em sua afirmação.
- C. () Apenas o interlocutor 1 está errado em sua afirmação.
- D. () Nenhum dos interlocutores está errado em suas afirmações.

35ª QUESTÃO - Considerando o contido na **Lei Federal n. 9.790, de 23/03/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências,** analise as assertivas abaixo e marque a afirmativa **CORRETA**:

- A. () Termo de Parceria é considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- B. () Para a celebração do Termo de Parceria é dispensável a consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.
- C. () Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito público que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos na norma citada.
- D. () As fundações públicas são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

36ª QUESTÃO - Um Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais, aqui entendido como um administrador público, estava em vias de decidir sobre a celebração de uma parceria prevista na **Lei Federal n. 13.019, de 31/07/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.** Neste sentido, e nos termos da norma citada, o Oficial deverá, **EXCETO**:

- A. () Designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz.
- B. () Avaliar as propostas de parceria com o rigor técnico necessário.
- C. () Elaborar diagnóstico de capacidade administrativa do ente público e termo de transmissão de responsabilidade e obrigação aos gestores subordinados.
- D. () Apreciar as prestações de contas na forma e nos prazos determinados na Lei e na legislação específica.

37ª QUESTÃO - Considerando o que dispõe a **Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Fica suprimida a utilização da designação “pregoeiro” em qualquer das modalidades de processos licitatórios.
- B. () O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, ainda que induzido a erro pela atuação da equipe.
- C. () A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
- D. () As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

38ª QUESTÃO - Acompanhe o diálogo de quatro estudantes que estavam discutindo temas de Direito Administrativo enquanto estudavam para determinado concurso:

- Quanto aos destinatários, os atos administrativos, podem ser gerais ou individuais. Sendo que os atos gerais são aqueles aplicáveis a um número indeterminado de sujeitos. É o caso dos regulamentos. Disse o primeiro estudante.

Em sequência, o segundo estudante disse:

- E os individuais são aqueles cuja aplicação é restrita a sujeitos específicos e determinados. É o caso, por exemplo, das licenças.

O terceiro estudante que participava da conversa, disse:

- Exatamente, as instruções e resoluções da PMMG também se classificam, quanto aos destinatários, como atos administrativos individuais.

Por fim, um quarto estudante, também se referindo aos destinatários dos atos administrativos, afirmou que “quando eu passar no concurso, haverá um ato administrativo chamado nomeação. E a nomeação é classificada, quanto aos destinatários, como um ato administrativo geral”.

Avaliando as afirmações dos estudantes, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Apenas o segundo e o terceiro estudantes estão corretos.
- B. () Apenas o terceiro estudante está correto.
- C. () Apenas o primeiro e o quarto estudantes estão corretos.
- D. () Apenas o primeiro e o segundo estudantes estão corretos.

39ª QUESTÃO - De acordo com o **Decreto 45.969, de 24/05/2012, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo**, a informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada em graus. Considere que o Comandante-Geral da PMMG deseja classificar o sigilo de determinada informação, neste caso hipotético, e considerando a norma citada, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Comandante-Geral da PMMG possui competência indelegável para classificar o sigilo da informação no grau ultrassecreto.
- B. () O Comandante-Geral da PMMG possui competência para classificar o sigilo da informação no grau ultrassecreto, podendo delegar a outra autoridade.
- C. () O Comandante-Geral da PMMG possui competência para classificar o sigilo da informação, podendo delegar as de grau secreto ou reservado.
- D. () O Comandante-Geral pode delegar sua competência para classificar o sigilo da informação no grau confidencial.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

40ª QUESTÃO - Considerando o que dispõe o **Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal**, analise as assertivas abaixo:

- I - Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- II - O pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome, independentemente da sua finalidade.
- III - Em se tratando de morto, a legitimidade para requerer a reparação do ato violador de direito da personalidade caberá ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, contudo, quando o direito da personalidade violado se tratar da imagem, os legitimados serão apenas o cônjuge, ascendentes ou descendentes.
- IV - Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal declarou ser inexigível a autorização prévia para a publicação de biografias.
- V - O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Está **CORRETO** o que se afirmar em:

- A. () Assertivas I, III e IV, apenas.
- B. () Assertivas I, III, IV e V, apenas.
- C. () Assertivas I, II e III, apenas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

41ª QUESTÃO - Acionados via telefone de emergência pelo nº 190, os militares Alpha e Bravo, escalados no setor, compareceram ao local de um chamado que noticiava uma briga entre vizinhos. Chegando ao local, foram surpreendidos pelos ânimos exaltados dos que ali estavam, contudo, nada que configurasse crime ou contravenção. A contenda tinha como cerne a divergência referente a relação de vizinhança estabelecida entre os presentes. Após muita conversa e com o surgimento de muitas dúvidas relacionadas a situação fática, optaram por acionar o Coordenador de Policiamento da Unidade, tendo em vista seus notórios conhecimentos sobre o tema. Assim, considerando o que dispõe o **Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), sobre o direito de vizinhança**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Os frutos caídos da árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde está situada a árvore, mesmo que caiam em propriedade alheia.
- B. () O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameaça ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
- C. () O proprietário ou o possuidor de um prédio, em que alguém tenha direito de fazer obras, pode, no caso de dano iminente, exigir do autor delas as necessárias garantias contra o prejuízo eventual.
- D. () A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes.

42ª QUESTÃO - Considerando o que dispõe o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/09/1990)**, analise as assertivas abaixo:

- I - O direito de arrependimento poderá ser exercido, sempre de forma motivada, no prazo máximo de sete dias a contar da data do recebimento do produto ou da assinatura do contrato.
- II - São ineficazes as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam a inversão do ônus da prova em prejuízo ao consumidor.
- III - Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
- IV - O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos, ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. Além disso, também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- V - Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Marque a opção que contém a resposta **CORRETA**:

- A. () Todas as assertivas estão incorretas.
- B. () Somente a assertiva II está correta.
- C. () Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- D. () Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

43ª QUESTÃO - Além de outros previstos no **Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105 de 16/03/2015)**, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- I - Não formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- II - Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- III - Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
- IV - Não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- V - Expor os fatos em juízo conforme a verdade.

Diante disso, é **CORRETO** afirmar que constitui ato atentatório a dignidade da justiça, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais, além da multa de até vinte por cento do valor da causa, a violação do que está descrito nas assertivas:

- A. () IV e V, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () III e IV, apenas.
- D. () I e III, apenas.

44ª QUESTÃO - Durante uma operação policial militar o jornalista “Charlie” adentrou ao espaço delimitado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) com cordões de isolamento, identificado como área de extremo risco em razão da possibilidade de confronto armado. Isso ocorreu mesmo diante da interpelação de uma equipe de policiais militares, que advertiu “Charlie” sobre o risco. O objetivo do jornalista era ser o primeiro a conseguir imagens do eventual confronto. Além da limitação da área, houve intensa divulgação nas mídias sociais, por parte da PMMG, informando às pessoas de que havia risco de serem alvejadas por disparos de arma de fogo caso houvesse descumprimento da determinação de não ultrapassar os limites dos cordões afixados. Ressalta-se que informações escritas e verbais também foram transmitidas diretamente para as emissoras de rádio, televisão e mídias sociais que pretendiam cobrir a área, inclusive a emissora empregadora de “Charlie”, que, inclusive, o avisou por mensagem de texto e através de ligação, ocorrida 30 (trinta) minutos antes da decisão do jornalista de ultrapassar os cordões de isolamento e cujo conteúdo estava plenamente ciente. Tudo ocorreu em tempo hábil para que os profissionais da imprensa que atuassem em campo fossem informados. Acerca da responsabilidade civil, considerando as disposições contidas no **Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002)** e a **jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, analise as afirmativas a seguir:

- I - Diante da clara e ostensiva advertência quanto ao acesso à área definida como de extremo risco, caso “Charlie” fosse alvejado por disparos dos policiais, não haveria responsabilidade civil do estado.
- II - Sobre o tema responsabilidade civil, é possível concluir que é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III - Identificado os responsáveis pela ofensa ou violação do direito, os seus bens ficarão sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- IV - Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, pela metade, a indenização.

Marque a alternativa que contém as assertivas **CORRETAS**:

- A. () III e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

45ª QUESTÃO - Com relação a **Lei 8.072 de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências**, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A prisão temporária poderá ser aplicada ao autor da prática de crime hediondo, sendo que não serão de cinco dias prorrogáveis por mais cinco, e sim quinze dias prorrogáveis por igual período em caso de crime tentado; e trinta dias prorrogáveis por igual período em caso de crime consumado. Em todos os casos, para a prorrogação deve-se comprovar a necessidade.
- B. () A tentativa de crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima contra sobrinho (parente consanguíneo) do Policial Militar, em razão desta condição, é crime hediondo e, portanto, insuscetíveis de anistia, graça e indulto.
- C. () O homicídio praticado contra menor de idade é considerado hediondo, mesmo que não haja nenhuma outra qualificadora, o que garante a gravidade é exclusivamente o critério de idade.
- D. () Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência ou grave ameaça a pessoa, consubstanciado pelo emprego de arma de fogo, somente é considerado hediondo se resultar lesão grave ou gravíssima a vítima.

46ª QUESTÃO - Leia a matéria publicada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública -SEJUSP.

“Quase metade dos acidentes de trânsito em Minas têm como causa a falta de atenção dos condutores

No encerramento do Maio Amarelo 2024, Governo de Minas lança painel interativo com detalhamento de registros e vítimas de acidentes em todo o Estado.

Dos 93.992 acidentes de trânsito registrados em Minas Gerais entre janeiro e abril deste ano, 47% (44.512) tiveram como causa presumida a falta de atenção dos envolvidos. Na capital, o Anel Rodoviário foi a via que mais contabilizou sinistros, em geral. Esses e outros dados estão no novo [Painel de Acidentes de Trânsito](#), uma ferramenta de *business intelligence* (BI) publicada nesta quarta-feira (29/5), pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).”

MUZZI, Luiza. **Quase metade dos acidentes de trânsito em Minas têm como causa a falta de atenção dos condutores**. 2024. Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4525-quase-metade-dos-acidentes-de-transito-em-minas-tem-como-causa-a-falta-de-atencao-dos-condutores> > Acesso em: 25 jun. 2024.

Considerando o contexto acima, e com base na **Lei Federal 9.503 de 23/09/1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os crimes em espécie no Código de Trânsito Brasileiro possuem uma condição *sui generis*, já que todos os tipos previstos tratam de crimes culposos, por exemplo, homicídio culposo na direção do veículo e lesão corporal culposa.
- B. () O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, isto é uma norma geral de circulação e conduta. Em caso de descumprimento, há inclusive infração específica de dirigir sem os cuidados indispensáveis à segurança.

- C. () Policial Militar de serviço, conduzindo viatura policial, que der causa a um acidente de trânsito que resulte em homicídio culposo na direção de veículo automotor estando com capacidade psicomotora alterada, será preso em flagrante e não caberá aplicação pelo juiz de penas restritivas de direito pela gravidade, diferentemente da condução sob influência de álcool na lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- D. () Segundo a matéria, foram mais de 90 (noventa) mil acidentes de trânsito registrados em Minas Gerais. Do total de sinistros, aproximadamente 50% tiveram como causa presumida a falta de atenção. Esses números apresentados refletem a falta de previsão legal e de preocupação do legislador com as diretrizes atinentes a educação para o trânsito no Código de Trânsito Brasileiro.

47ª QUESTÃO - Com base na **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher** e na **Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**, analise as assertivas abaixo marcando (V) para a(s) **VERDADEIRA(S)** e (F) para a(s) **FALSA(S)**, considerando a interdisciplinaridade dos assuntos:

- () Em um acionamento da equipe Policial Militar pela central de atendimento, sobre ocorrência de possível agressão física a mulher pelo marido, nas dependências do lar, verificou-se que ambos estavam traficando drogas quando se desentenderam. Neste caso a guarnição fará o registro de tráfico de entorpecente por ser crime permanente, não necessitando autuar o marido pela agressão já que se operou o princípio da consunção.
- () Tanto a lei 11.343 como a 11.340, possuem medidas de prevenção, a primeira no sentido prevenir o uso indevido de drogas e a segunda em prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- () A mulher vítima de violência doméstica tem o direito de ser atendida pelo Policial Militar previamente capacitado e preferencialmente do sexo feminino. Em caso dessa mulher ser dependente química, ela poderá ser atendida na rede de atenção à saúde desde que haja uma avaliação prévia por equipe técnica e a elaboração de um Plano Individual de Atendimento- PIA.
- () Diante de uma ocorrência de violência doméstica, segundo prevê a Lei 11.340, a autoridade policial deverá garantir a proteção policial para a ofendida, quando necessário, comunicando de imediato o Poder judiciário, Ministério Público e Órgãos de defesa a mulher. Caso o autor dessa violência doméstica seja também preso em flagrante pelo tráfico de entorpecente, Lei 11.343, a autoridade de polícia judiciária fará, quando possível, a comunicação ao Juiz competente, sem prejuízo das medidas cabíveis para o crime de violência doméstica.

A sequência **CORRETA** de cima para baixo é:

- A. () F-V-V-F.
- B. () V-F-V-F.
- C. () V-V-F-F.
- D. () F-F F-V.

48ª QUESTÃO - Com base na **Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**, analise as assertivas abaixo e marque a opção **CORRETA**:

- A. () Em caso de aplicação de pena restritiva de direitos a pessoa jurídica, haverá como resultado a obrigatoriedade da suspensão total da atividade, interdição permanente do estabelecimento, além da proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de até 15 anos. Destaca-se que essas medidas não são cumulativas.

- B. () As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativamente e civilmente por atos de representantes legais praticados no interesse da sua entidade. A imputação penal somente é possível para pessoa física, conforme disposto nesta lei, neste caso, excluirá a responsabilidade da pessoa jurídica.
- C. () As penas privativas de liberdade poderão ser substituídas pelas penas restritivas de direito quando tratar-se de crime culposo ou com aplicação de pena privativa de liberdade menor que quatro anos. É possível ocorrer também o Sursis, neste caso a condenação a pena privativa de liberdade não pode ser superior a três anos.
- D. () No caso de apreensão de animais, a prioridade para libertação serão jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados; não sendo possível, será tentada e providenciada a libertação em seu habitat.

49ª QUESTÃO - Analise o texto a seguir:

“CGU divulga 5º boletim com resumo de decisões da Lei de Acesso à Informação

Informativo aborda decisões sobre gastos de comitiva presidencial, apreensão de ativos de facções criminosas, dados de remuneração de ocupantes de cargos públicos, entre outros destaques.

A Controladoria-Geral da União (CGU) divulga a edição nº 5 do Boletim Informativo das Decisões da Secretaria Nacional de Acesso à Informação (SNAI), no âmbito da terceira instância recursal da Lei de Acesso à Informação, conforme atribuição prevista no art. 16 da LAI. Neste número, são apresentados 10 casos relevantes, decididos em janeiro de 2024.

Entre os destaques, está a decisão de acesso aos dados referentes à remuneração de ocupantes de cargos públicos da Empresa Brasileira de Comunicação S.A (EBC), com a devida proteção de informações pessoais sensíveis. A CGU também deu provimento à disponibilização, pelo Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação (MCTI), de dados do painel da Lei do Bem, em formato aberto, ressalvadas as informações que possam comprometer o sigilo comercial e industrial das partes envolvidas.

Outra determinação é para que o Comando do Exército apresente as informações solicitadas sobre a regularidade do Clube de Caça e Tiro Poçoscaldense, tais como certificado de registro; comprovante de apostilamento de estande de tiro perante o Exército Brasileiro; autorização do Exército Brasileiro; comprovante de vistoria do Exército Brasileiro, dentre outras.

O Boletim traz, ainda, decisões sobre a concessão parcial de microdados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com ressarcimento dos custos pelo solicitante; a perda de objeto parcial referente ao acesso a gastos de comitiva presidencial; o desprovimento de acesso à ata e à pauta da reunião bimestral de desempenho da GOL, em virtude de sigilo comercial da empresa aérea, entre outros.

A iniciativa faz parte do Programa “LAI para Todos”, desenvolvido pela CGU com a finalidade de fortalecer a transparência e o acesso à informação por meio de iniciativas voltadas aos servidores públicos e à sociedade.”

GOV. LAI. **CGU divulga 5º boletim com resumo de decisões da Lei de Acesso à Informação**. 2024.

Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/noticias-1/cgu-divulga-5o-boletim-com-resumo-de-decisoes-da-lei-de-acesso-a-informacao>> Acesso em 25 jun. 2024.

Com base na **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**, que Regula o acesso a informações previsto no inciso **XXXIII do art. 5º**, no inciso **II do § 3º do art. 37** e no **§ 2º do art. 216 da Constituição Federal**; altera a **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**; revoga a **Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005**, e dispositivos da **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**; e dá outras providências, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A autenticidade é compreendida como qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- B. () Considera-se informação apenas dados que não foram processados que podem ser utilizados para as produções e transmissão de conhecimento, desde que contidos em meio exclusivamente eletrônico.
- C. () Informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- D. () Considera-se tratamento da informação conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

50ª QUESTÃO - Analise às assertivas que tratam sobre as seguintes legislações: **Lei Federal n. 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento; Lei nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Lei Federal n. 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências; Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.** Marque (V) para a(s) VERDADEIRA(S) e (F) para a(s) FALSA(S).

- () O crime de responsabilidade que atente contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, se caracteriza, também, por incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina e é permitido ser denunciado por qualquer cidadão perante a Câmara dos Deputados, sendo sua pronúncia realizada nesta respectiva casa, caso o autor seja o Presidente da República.
- () No estatuto da criança e adolescente, existe a previsão de imputação de crime a quem intermedia a participação nas cenas de produção de pornografia envolvendo a criança e adolescente, a diferença está no fato de que para criança há uma previsão de qualificadora em caso do crime ter sido praticado pelo agente no exercício do cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la, enquanto para o adolescente há uma previsão de majorante.
- () A prática de crime de homicídio cometido para assegurar a ocultação de outro crime, quando praticado pelo Policial Militar de serviço, não pode ser considerado hediondo por falta previsão legal expressa, somente seria possível se praticado pelo militar de folga e não ter se colocando em serviço, conforme previsão art. 121 V do CP.
- () A prática de atos de improbidade administrativa prevê ato doloso e com fim ilícito, o que significa que o mero exercício da função pelo agente afasta a responsabilidade, ou seja, o dolo deve ser consciente de alcançar o resultado ilícito. Cita-se como por exemplo o agente público que receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo é:

- A. () V-F-F-V.
- B. () V-V-V-F.
- C. () F-F-V-F.
- D. () F-V-F-V.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o texto de apoio abaixo para desenvolver a proposta de redação.

Gaston Courtois (1984), em seu livro “A arte de ser chefe” diz que “[...] os exemplos arrastam. Concretizam um ato ou uma atitude que não passava, até então, de uma visão abstrata do espírito.” e que “Quanto mais alto um homem está colocado, menos frequente é o controle de seus superiores; também a consciência deve crescer no chefe, à medida que, subindo na hierarquia, ele se torna mais livre e mais solitário.”

COURTOIS, Gaston. *A arte de ser chefe*. Tradução do General Job Lorena de Sant’Anna. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

2. Com base nesses preceitos e na leitura, compreensão e interpretação do texto “Por que o treinamento é trabalho do chefe”, do autor Andrew S. Grove, desenvolva um texto **argumentativo-dissertativo** sobre o tema:

“A influência do chefe, para ser profunda, exige que o exemplo seja total.”

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.
4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.
5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.
6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.
7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.
8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.
9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.
10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.
11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS**.
12. Será atribuída nota zero à redação:
 - a. cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
 - b. que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
 - c. considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
 - d. que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
 - e. cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
 - f. que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

Tema:

Título:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50